

Associação Brasileira de
Pesquisa e Inovação
Industrial - EMBRAPA

**Demonstrações Contábeis em
31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método Indireto	9
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte
ParkShopping - Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 3362 3700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos conselheiros e aos administradores da
Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - EMBRAPII
Brasília – DF**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - EMBRAPII (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - EMBRAPII em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista

para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília - DF, 14 de março de 2023.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-023228/O-4 F-DF



Jaqueline Oliveira Silva
Contadora CRC GO-021960/O-7

Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - EMBRAPPI

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

Ativo Circulante	Notas	2022	2021	Passivo Circulante	Nota	2022	2021
Caixas e equivalentes de caixa	5	32.249.265	13.759.428	Obrigações sociais e trabalhistas	9	699.388	497.826
Caixa restrito	5	821.469.492	410.892.693	Provisões trabalhistas	10	1.224.675	1.174.949
Adiantamentos a outras entidades e terceiros	6	235.142	1.029.628	Obrigações tributárias	11	680.524	495.567
Impostos a recuperar		9.255	9.255	Provisões tributárias	12	8.148.888	5.119.714
			-	Subvenções a realizar	8	844.409.103	419.476.553
				Outros passivos		217.706	30.192
Total do ativo circulante		853.963.154	425.691.004	Total do passivo circulante		855.380.283	426.794.801
Imobilizado	7	1.417.130	1.103.797				
Total do ativo não circulante		1.417.130	1.103.797				
Total do ativo		855.380.283	426.794.801	Total do passivo e patrimônio social		855.380.283	426.794.801

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - EMBRAPPII

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Receita operacional		<u>29.604.483</u>	<u>20.609.108</u>
Receita do custeio administrativo	16	29.604.483	20.609.108
Despesas operacionais		<u>(29.604.483)</u>	<u>(20.609.108)</u>
Pessoal	15.1	(15.963.303)	(12.621.746)
Administrativas	15.2	(7.828.107)	(5.668.451)
Tributárias	15.3	(5.456.194)	(2.076.200)
Depreciação/Amortização	15.4	<u>(356.879)</u>	<u>(242.711)</u>
Superávit/(Déficit) do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - EMBRAPPII

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	2022	2021
Superávit/(Déficit) do exercício	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do superávit/(déficit) abrangente do exercício	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - EMBRAPPII

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Superávit acumulado	Superávit/ (Déficit) do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-	-
Superávit/(déficit) do exercício	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	-
Superávit/(déficit) do exercício	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - EMBRAPPII

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	2.022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit/(Déficit) do exercício	-	-
Depreciação e amortização	351.424	242.711
Aumento da provisão fiscal referente a COFINS	3.029.174	550.856
	3.380.598	793.567
Variação nos ativos e passivos:		
(Aumento) Redução em Adiantamentos a outras entidades e terceiros	794.486	(391.160)
(Aumento) Redução nas obrigações tributárias	184.957	49.071
(Aumento) Redução nos depósitos em garantia	-	(215.000)
(Redução) Aumento em outros passivos	187.514	(311.736)
(Redução) Aumento em obrigações sociais e trabalhistas	201.562	75.842
(Redução) Aumento em provisões trabalhistas	49.726	150.403
(Redução) Aumento em Subvenções a realizar	424.932.550	7.375.526
	429.731.393	7.526.513
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
	429.731.393	7.526.513
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de ativo imobilizado	(664.757)	(491.947)
	(664.757)	(491.947)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		
	(664.757)	(491.947)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		
	-	-
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	429.066.636	7.034.566
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	424.652.121	417.617.555
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	853.718.757	424.652.121
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	429.066.636	7.034.566

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

1.1 Informações gerais

A Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (“EMBRAPII” ou “Entidade”), é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída na forma de associação civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 18.234.613/0001-59, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e de duração indeterminada, nos termos dos artigos 53 a 61, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. A EMBRAPII atua para induzir a cooperação entre instituições de pesquisa científica e tecnológica e empresas industriais, explorando a sinergia entre ambas e estimulando a troca de conhecimentos e tecnologias.

Sua missão é promover e incentivar a realização de projetos empresariais de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) voltados para setores industriais em áreas determinadas pelo Conselho de Administração, por meio de cooperação a ser firmada com instituições de pesquisa tecnológica (art. 4º do Estatuto).

Constituem, ainda, como objetivos e atuação da EMBRAPII:

- (a) Fomentar o desenvolvimento tecnológico de novos produtos, processos ou soluções empresariais, contribuindo para a construção de ambiente de negócios favoráveis à inovação.
- (b) Articular e estimular a cooperação entre empresas e instituições de pesquisa tecnológica, nos termos do Regimento Interno da EMBRAPII.
- (c) Financiar projetos de PD&I, com ênfase em projetos que incluam a fase pré-competitiva, em áreas ou temas definidos pela EMBRAPII, em parceria com empresas e instituições de pesquisa tecnológica pré-selecionadas, compartilhando o risco da inovação tecnológica.
- (d) Contribuir para o desenvolvimento das Unidades de Inovação dos Institutos Federais.
- (e) Contribuir para o treinamento tecnológico de recursos humanos para a indústria, em áreas ou temas selecionados.
- (f) Difundir informações, experiências e projetos à sociedade.
- (g) Prestar serviços relacionados às áreas de atividades que constituem o seu objeto.

1.2 Aspectos fiscais

Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A EMBRAPII, por força de isenção legal, consubstanciada no art. 15 da Lei nº 9.532/97, e alterações posteriores, não está sujeita aos encargos tributários relacionados ao IRPJ e à CSLL.

Programas de Integração Social (PIS)

De acordo com o art. 2º, da Lei nº 9.715/1998, e art. 13, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, a contribuição para o PIS é determinada na base de 1% sobre os proventos da folha de pagamento do mês, por determinadas entidades sem finalidade de lucro, que inclui as características da EMBRAPII.

Entende-se por folha de salários mensal o total dos rendimentos do trabalho assalariado de qualquer natureza, tais como salários, gratificações, comissões, adicional de função, ajuda de custo, aviso prévio trabalhado, adicional de férias, quinquênio, adicional noturno, hora extra, 13º salário e repouso semanal remunerado.

Não integram a base de cálculo: o salário-família, o aviso prévio indenizado, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pago diretamente ao empregado na rescisão contratual, a indenização por dispensa, desde que dentro dos limites legais.

Nesse contexto, a EMBRAPPII recolhe o PIS sobre a folha de salário dos seus empregados.

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Vide Nota Explicativa nº 12.

1.3 Capital Circulante Líquido (CCL)

O objetivo do cálculo do CCL aplica-se a entidades que possuem a finalidade de lucro. Afirmar que o CCL da EMBRAPPII apresenta saldo negativo e que desta forma possui dívidas maiores que os seus numerários apresentados no Ativo é equivocado.

A rubrica Subvenções a Realizar, apresentada na Nota Explicativa nº 8, apresenta seu saldo LÍQUIDO para fomento a PD&I. Ou seja, os numerários repassados como adiantamento às Unidades e registrados no ativo estão sendo apresentados para fins das Demonstrações Contábeis na conta de “Subvenções a realizar”, registradas no passivo.

Conforme Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, quando as transações entre ativos e passivos refletirem a essência das operações e apresentarem maior clareza para os usuários da informação contábil, estas podem ser apresentadas de forma líquida no Balanço Patrimonial (Compensação entre ativos e passivos).

Portanto, os valores apresentados na conta “Subvenções a realizar” não se referem a obrigações financeiras com fornecedores ou financiamentos, e sim a recursos disponíveis na data do fechamento do balanço para fomento a PD&I. A gestão dos saldos desses recursos é feita pela administração da EMBRAPPII e possui como principal quesito a liquidez de contratos já firmados entre as Unidades EMBRAPPII e as Empresas contratantes de projetos de PD&I.

Por fim, caso haja a necessidade de verificar a capacidade de pagamento para as obrigações financeiras da EMBRAPPII (Fornecedores, Colaboradores e Tributárias), deverá ser efetuado o cálculo do CCL excluindo a rubrica “Subvenções a realizar” demonstrada no Balanço Patrimonial.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com base nas normas e, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com a ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 08 de março de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Entidade apresenta as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social mesmo que não tenha auferido resultado no exercício atual e anteriores.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em “Real”, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos são apresentados em Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração de Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4 Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

3 Principais políticas contábeis

A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações Contábeis, salvo indicação em contrário.

3.1 Operação como agente

A Entidade, por força do novo contrato de gestão, assinado em 18 de novembro de 2021, aditivado, com validade até 30 de novembro de 2030, e demais contratos que possuem a finalidade de PD&I, recebe recursos para que sejam alcançadas as finalidades descritas em seu o objetivo social.

A Entidade não recebe nenhuma remuneração por conta desses repasses, agindo somente como agente. Essa afirmação está pautada principalmente no fato de que os recursos recebidos pela Entidade são repassados às Unidades EMBRAPPII para que estes realizem a execução do projeto. Logo, a Entidade não possui controle sobre a forma como os projetos são conduzidos, e os recursos repassados são não reembolsáveis (fundo perdido) pelas unidades que o receberam. Desse modo, a obrigação de *performance* da Entidade é somente a de organizar para que os recursos sejam distribuídos às Unidades credenciados, sendo a responsabilidade primária sobre a entrega dos projetos totalmente da contraparte que recebe os recursos.

A Entidade foi constituída na sua essência para operar como interveniente na execução dos projetos por meio de empresas públicas e privadas para as entidades que irão desenvolver pesquisas e inovações.

Assim, os recursos aportados na Entidade não se constituem como uma receita ou doação e não foram, ou não são considerados como patrimônio da Entidade.

Conforme contrato de gestão firmado entre a EMBRAPPII, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações (MCTI), Ministério da Educação (MEC), Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviço (MDIC) e Ministério da Saúde (MS) a Entidade poderá utilizar até o limite de 20% para gastos com pessoal, e não há limitação para gastos com custeio administrativo das operações.

As Unidades EMBRAPPII fazem parte da estrutura de execução de projetos de pesquisas científicas e tecnológicas, entretanto a Entidade não detém o controle e a governança dessas entidades. Nesse contexto, a EMBRAPPII se caracteriza como interveniente na execução dos projetos.

Após análises das disposições contidas no CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, ficou evidente que a natureza das transações de repasses efetuados pela EMBRAPPII à outras Entidades não é uma obrigação de *performance* para fornecer os próprios bens ou serviços específicos. O objetivo da EMBRAPPII é o de organizar para que esses bens ou serviços sejam fornecidos por outra parte, nesse contexto, a EMBRAPPII se configura como uma entidade “Agente” e não uma entidade “Principal”.

A totalidade dos serviços especificados a serem fornecidos para outras entidades está contida no Contrato de Gestão, e não foram identificados casos em que a EMBRAPPII pudesse se configurar como entidade “Principal”.

A EMBRAPPII não controla cada bem ou serviço antes que o bem ou serviço especificado seja transferido para as outras entidades, pois os recursos apenas transitam pela EMBRAPPII até que sejam repassados às Unidades EMBRAPPII.

Os recursos ficam sobre a titularidade da EMBRAPPII enquanto não repassados; todavia, assim que estiverem satisfeitas certas condições, a titularidade desses recursos é transferida a outras entidades.

Consequentemente, as subvenções previstas e já recebidas são controladas em contas patrimoniais, incluindo os rendimentos financeiros dos recursos que se encontram em aplicações financeiras, por terem a finalidade de aplicações a projetos, e as receitas e despesas representam somente os custos operacionais da Entidade.

A receita auferida refere-se exatamente ao reembolso dos custos de pessoal e administrativo e, portanto, a Entidade não tem resultado positivo ou negativo em suas transações e não auferir outras receitas.

Diante das características específicas da EMBRAPPII, a escrituração contábil da EMBRAPPII foi elaborada no pressuposto de entidade “Agente”.

3.2 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados, são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado, caso a Entidade tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.3 Receitas financeiras

A Entidade possui receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. Todas as receitas financeiras são reconhecidas em contrapartida do passivo de Recursos vinculados por estarem comprometidas com a finalidade de aplicação em projetos. Ver item 8.

3.4 Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo seu custo histórico ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

(ii) *Custos subsequentes*

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade.

(iii) *Depreciação*

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear, por meio de taxas que refletem a vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado.

3.5 Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Entidade avalia o objetivo do modelo de negócio no qual o ativo/passivo financeiro está inserido e, para isso, considera as seguintes premissas: (i) as políticas e objetivos para o ativo financeiro que, no caso da EMBRAPPI, têm como foco a obtenção de receitas contratuais fundamentalmente das aplicações financeiras; (ii) manutenção de um determinado perfil de taxa de juros; e (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio e a maneira como são gerenciados.

Desta forma, a EMBRAPPI possui apenas Ativos e Passivos Financeiros mensurados ao custo amortizado, pois tem como modelo de negócio que seus recursos são mantidos para suprimento de caixa com a finalidade de recebimento e pagamento de principal e juros.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- A Entidade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Entidade realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) *Compensação*

Os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no passivo por serem obrigações com PD&I.

(vi) *Redução ao valor recuperável*

A Entidade reconhece provisão para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Em cada data de balanço, a Entidade avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias
- Probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira
- Desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Ativos não financeiros

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve indicativos de perda por redução ao valor recuperável de ativos.

3.6 Apuração do resultado

As Unidades e EMBRAPPII fazem parte da estrutura de execução de projetos de pesquisas científicas e tecnológicas, entretanto a Entidade não detém o controle e a governança dessas entidades; nesse contexto, a EMBRAPPII caracteriza-se como interveniente na execução dos projetos. Consequentemente, os recursos previstos e já recebidos são controlados em contas patrimoniais, incluindo os rendimentos financeiros dos recursos que se encontram em aplicações financeiras, e as receitas representam somente o reembolso dos custos operacionais da Entidade.

(i) Receitas operacionais (receita do custeio administrativo)

As receitas operacionais referem-se ao reembolso dos custos com pessoal, administrativos, tributárias e depreciação/amortização e são reconhecidas quando ocorrem os custos.

3.7 Caixa, equivalentes de caixa e caixa restrito

Compreende o saldo de contas bancárias aplicações financeiras de liquidez imediata em títulos prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O caixa restrito compreende o saldo e contas bancárias e aplicação financeiras de liquidez imediata, prontamente conversível em montante de caixa, estando sujeito a um risco insignificante de mudança de valor e que possui a finalidade de suprir repasses a Unidades EMBRAPPII no fomento a PD&I.

3.8 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

A Administração da Associação não tem conhecimento de contingências que requeiram a constituição de provisão para futura perda.

4 Instrumentos financeiros

4.1 Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados a valor justo e se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Instrumento financeiro	Classificação	2022	2021
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	52.695.620	13.759.428
Caixa restrito	Custo amortizado	801.023.137	410.892.693
Adiantamentos a outras entidades e terceiros	Custo amortizado	235.142	1.029.628
Total		853.953.899	425.681.749
Passivos financeiros			
Obrigações sociais e trabalhistas	Custo amortizado	699.388	497.826
Obrigações tributárias	Custo amortizado	680.524	495.567
Outros passivos	Custo amortizado	217.706	30.192
Subvenções a realizar	Custo amortizado	844.409.103	419.476.552
Total		846.006.720	420.500.137

4.2 Gestão de risco

A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de taxa de juros
- Risco de crédito.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Entidade não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Para o acompanhamento e a gestão do fluxo de caixa pela área Financeira o orçamento é projetado anualmente e permite ações preventivas para a análise dessa modalidade de risco na Entidade.

Risco de taxa de juros

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes na flutuação da moeda e taxa de juros. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentadas na Nota Explicativa nº 5.

O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do CDI, com insignificante margem de alteração. Segue a análise de sensibilidade da Entidade:

Aplicações financeiras	Saldo em 31.12.2022	Cenários projetados para dezembro de 2023		
		Cenário provável	Variação de 25%	Variação de 50%
<i>Risco de queda do CDI</i>				
Valor do principal	853.709.717 (*)	853.709.717	853.709.717	853.709.717
Taxa média de 98% do CDI		13,38%	10,03%	6,69%
Valor das aplicações indexadas		967.910.466	939.360.279	910.810.092
Impacto nas aplicações financeiras		114.200.749	85.650.562	57.100.374

(*) Não inclui os saldos constantes em conta corrente.

Está sendo considerada a Taxa CDI acumulada, no valor de 13,65% aa (fonte Banco Central do Brasil) referente ao exercício 2022.

Aplicações financeiras	Saldo em 31.12.2021	Cenários projetados para dezembro de 2022		
		Cenário provável	Variação de 25%	Variação de 50%
<i>Risco de queda do CDI</i>				
Valor do principal	415.146.407 (*)	415.146.407	415.146.407	415.146.407
Taxa média de 98% do CDI		4,29%	3,22%	2,15%
Valor das aplicações indexadas		<u>432.966.151</u>	<u>428.511.215</u>	<u>424.056.279</u>
Impacto nas aplicações financeiras		<u>17.819.744</u>	<u>13.364.808</u>	<u>8.909.872</u>

(*) Não inclui os saldos constantes em conta corrente.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou pela contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5. O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado com relação a aplicações financeiras, pois os recursos estão todos aplicados em instituições financeiras controladas pela União, em aplicações com risco baixo.

5 Caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito

Caixa e equivalentes de caixa	2022	2021
Banco conta movimento	2.426	2.931
Aplicação financeira (i)	<u>32.246.839</u>	<u>13.756.498</u>
Subtotal	<u>32.249.265</u>	<u>13.759.428</u>
Caixa restrito	2022	2021
Banco conta movimento - Recursos restritos	6.614	9.502.784
Aplicação financeira - Recursos restritos (i)	<u>821.462.878</u>	<u>401.389.909</u>
Total	<u>821.469.492</u>	<u>410.892.693</u>

(i) Os saldos, aqui apresentados, referem-se a valores brutos, sendo devido o Imposto de Renda Retido na Fonte quando do resgate.

Abaixo, apresentamos uma composição dos recursos vinculados:

- Atendidas as disposições determinadas na Lei nº 9.532 de 1997, art. 15, 3º, na Lei nº 9.637, de 1998, o superávit quando apurado pela EMBRAPPII foi destinado, em sua totalidade, para a conta de Subvenções a realizar. Sendo assim, o valor de R\$ 801.023.137 demonstrado na conta de “Recursos vinculados” encontra-se líquido das prestações de contas aprovadas dos projetos. A aplicação possui as seguintes características:

Produto financeiro	Taxa média a.a.	Vencimento (em anos)	Index	2022	2021
Certificado de Depósito Bancário	98%	5 anos	CDI	853.709.717	415.146.407
Total				<u><u>853.709.717</u></u>	<u><u>415.146.407</u></u>

A análise de sensibilidade e gestão de riscos desses ativos está evidenciada na Nota Explicativa nº 4.

Todas as aplicações financeiras da EMBRAPII são efetuadas junto ao Banco do Brasil, lastreadas em CDI e que possuem vencimentos contratuais de 5 anos. Apesar de as aplicações possuírem vencimentos de 5 anos, os recursos depositados em Caixas e Equivalentes de Caixa e Caixa Restrito possuem a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

6 Adiantamentos a outas entidades e terceiros

Descrição	2022	2021
Adiantamentos de folha de pagamento	17.792	510.528
Adiantamento a fornecedores	2.350	304.099
Depósitos em Garantia (i)	215.000	215.000
Total	<u><u>235.142</u></u>	<u><u>1.029.628</u></u>

(i) Os depósitos em garantia são obrigações legais exigidas pelo SEBRAE na assinatura dos contratos.

7 Imobilizado

	2021	Aquisições	Depreciação	2022	Tx. Anual de depreciação
Computadores, periféricos e Softwares	1.320.939	654.746	-	1.975.685	10% a.a
Máquinas e equipamentos	229.245	6.011	-	235.256	20% a.a
Móveis e utensílios	608.808	4.000	-	612.808	20% a.a
Subtotal	<u>2.158.992</u>	<u>664.757</u>	-	<u>2.823.750</u>	
Depreciação	<u>(1.055.196)</u>		<u>(351.424)</u>	<u>(1.406.620)</u>	
Imobilizado líquido	<u><u>1.103.796</u></u>	<u><u>664.757</u></u>	<u><u>(351.424)</u></u>	<u><u>1.417.129</u></u>	

	2020	Aquisições	Depreciação	2021	Tx. Anual de depreciação
Computadores, periféricos e Softwares	910.900	410.039	-	1.320.939	10% a.a
Máquinas e equipamentos	147.337	81.908	-	229.245	20% a.a
Móveis e utensílios	608.808	-	-	608.808	20% a.a
Subtotal	<u>1.667.045</u>	<u>491.947</u>	-	<u>2.158.992</u>	
Depreciação	<u>(812.485)</u>		<u>(242.710)</u>	<u>(1.055.195)</u>	
Imobilizado líquido	<u><u>854.560</u></u>	<u><u>491.947</u></u>	<u><u>(242.710)</u></u>	<u><u>1.103.797</u></u>	

O ativo imobilizado da EMBRAPII, em 31 de dezembro de 2022, está representado exclusivamente para execução das atividades administrativas, e as depreciações desses ativos são calculadas pelo método linear por meio de taxas que refletem a vida útil e econômica dos bens.

8 Subvenções a realizar

Descrição	2022	2021
Subvenções a realizar - Contrato de gestão (a)	595.682.579	348.780.286
Subvenções a realizar - SEBRAE (b)	42.252.477	24.996.803
Subvenções a realizar - Cont. PPI/IoT (c)	141.609.213	8.425.050
Subvenções a realizar - Bambu (d)	3.244.539	3.278.808
Subvenções a realizar - Rota 2030 (e)	169.672.618	126.409.181
Subvenções a realizar - BNDES (f)	67.967.957	8.244.157
Subvenções a realizar - Cont. PPI/Hardware (g)	85.751.273	-
Prestações de contas em análise (h)	335.105.440	274.278.156
Adiantamentos às Unidades (i)	(596.876.993)	(374.935.887)
Total	844.409.103	419.476.553

a. Contrato de gestão

Refere-se ao contrato de gestão celebrado entre a União e a EMBRAPPII, por intermédio do MCTI, com a finalidade de destinar recursos financeiros a projetos de inovação no Brasil. Abaixo apresentamos a movimentação do referido contrato de gestão:

Descrição	2021	Adições	Baixas	Mov. líquida	2022
Subvenções contrato de gestão	757.304.383	565.471.023	(224.627.490)	340.843.533	1.098.147.917
Subvenções aplicadas nos projetos	(408.524.09)	(105.200.977)	11.233.454	(93.967.524)	(502.491.622)
Total	348.780.285	460.270.046	(213.394.036)	246.876.010	595.656.294

Descrição	2020	Adições	Baixas	Mov. líquida	2021
Subvenções contrato de gestão	709.053.818	270.355.535	(222.513.813)	(47.841.722)	756.895.540
Subvenções aplicadas nos projetos	(307.519.473)	(102.657.692)	1.653.067	(101.004.625)	(408.524.098)
Total	401.534.345	(167.697.843)	(220.860.746)	(53.162.903)	348.371.442

b. SEBRAE

Trata-se do contrato firmado entre a EMBRAPPII e o SEBRAE, que possui como objetivo a prestação de serviços para fomento a projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) tecnológica que atendam às demandas de Microempreendedores Individuais (MEI), microempresas e empresas de pequeno porte, da cadeia industrial em parcerias com Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação.

Em 31 de dezembro de 2022, as subvenções do SEBRAE perfaziam o montante de R\$ 75.630.977 (R\$ 49.102.562 em 2021) e foi aplicado em projetos o montante de R\$ 33.378.500 (R\$ 24.105.759 em 2021), com saldo remanescente de R\$ 42.252.477 (R\$ 24.996.803 em 2021).

c. PPI/IoT

Refere-se ao Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a EMBRAPPII e a Secretaria de Empreendedorismo e Inovação - SEMPI do MCTIC. O referido acordo tem por objeto a execução do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da Informação e Comunicação - TICs, com especial prioridade para soluções de PPI/IoT e Manufatura 4.0 e todas as tecnologias correlatas. O saldo das subvenções a realizar em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 141.609.213 (R\$ 8.425.050 em 2021).

O saldo das subvenções a realizar em 31 de dezembro de 2022 e de R\$ 141.609.213, sendo composto pelo recebimento de R\$ 136.500.000, R\$ 4.491.879 referente a rendimento de aplicação financeira e dos valores aplicados em projetos no valor de R\$ 7.807.716, e em 31 de dezembro de 2021 perfaziam o valor de R\$ 8.425.050, sendo composto pelo saldo de 2020 R\$ 8.554.208 deduzidos os valores referentes as receitas operacionais da EMBRAPII no valor de R\$ 129.158.

d. Bambu

Possui como finalidade ações de promoções de projetos de PD&I na cadeia de Bambu a ser implementadas por meio do modelo da EMBRAPII, formalizado no 12º termo aditivo ao Contrato de Gestão. O saldo das subvenções a realizar em 31 de dezembro de 2022, após a aplicação de R\$ 342.619 era de R\$ 3.244.539, e em 31 de dezembro de 2020 perfaziam o valor de R\$ 3.278.808.

e. Rota 2030

O presente Acordo de Cooperação Técnica (ACORDO) tem por objeto a coordenação do programa prioritário "P&D para Mobilidade e Logística", cujo detalhamento é o constante do Termo de Referência apresentado e aprovado pelo Conselho Gestor dos recursos a ser alocados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação e programas prioritários de apoio ao desenvolvimento industrial e tecnológico para o setor Automotivo e sua cadeia de produção.

O saldo das subvenções a realizar em 31 de dezembro de 2022 e de R\$ 169.672.618 , sendo composto pelo recebimento de R\$ 59.800.969 (valor acrescido de rendimentos) e dos valores aplicados em projetos no valor de R\$ 16.537.533, e em 31 de dezembro de 2021 perfaziam o valor de R\$ 126.409.181, sendo composto pelo recebimento de R\$ 47.451.000 (valor acrescido de rendimentos) e o saldo de 2020 no valor de R\$ 78.865.181

f. BNDES

Refere-se a contratos firmados entre a e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico com finalidade de promover projetos de PD&I, nos seguintes focos:

1º para combate, tratamento e diagnóstico do Coronavírus (COVID-19). O saldo das subvenções a realizar em 2022 no valor de R\$ 5.770.007, sendo composto de R\$ 9.092.364 (valor acrescido de rendimentos e R\$ 3.322.357 referente a valores já aplicados em projetos e em 2021 era de R\$ 8.244.157, sendo composto pelo recebimento de R\$ 8.770.763 (valor acrescido de rendimento) e dos valores aplicados em projetos no valor de R\$ 526.606, e em 2022

No final do exercício de 2021 foi firmado um novo contrato, no valor de R\$ 170 milhões, junto ao BNDES para fomento de projetos nas seguintes áreas:

1. Transformação Digital e Indústria 4.0 (Soluções digitais para Agro, Saúde, Cidades e Indústria);
2. Transformação Digital e Indústria 4.0 (Sistemas e Componentes para Conectividade);
3. Defesa;
4. Economia Circular
5. Materiais Avançados;
6. Biocombustíveis;
7. Florestas Nativas Bioeconomia; e,
8. Tecnologias Estratégicas do SUS

Dos recursos do novo contrato firmados em 2021 foram recebidos em 2022 o valor de R\$ 62.197.950 (valor acrescido de rendimentos) sendo este o total da rubrica para o segundo contrato.

g. PPI/Hardware

Em 2022 foi recebido o valor de R\$ 63.000.000 referente ao Acordo de cooperação Técnica firmado entre a EMBRAPPI e a Secretaria de Empreendedorismo e Inovação - SEMPI do MCTIC Durante o exercício de 2022 foi elaborado um termo aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica no valor de R\$ 18.900.000. O total recebido e disponível para fomento na área do PPI/HARDWARE, adicionado os rendimentos de aplicação financeira, R\$ 85.751.273.

h. Prestações de contas em análises

Referem-se às prestações de contas recebidas de outras entidades e ainda não analisadas por parte da EMBRAPPI. Abaixo, apresentamos a composição sumarizada:

Descrição	2022	2021
Contrato de Gestão (CG)	292.487.896	258.713.520
SEBRAE	21.515.609	15.402.720
PPI/IoT	6.330.413	-
Bambu	342.619	-
Rota 2030	13.485.897	-
Ministério da Saúde (MS)	157.277	-
BNDES	785.729	161.915
Total	<u>335.105.440</u>	<u>274.278.156</u>

i. Adiantamento às Unidades

Abaixo, apresentamos a movimentação sumarizada dos adiantamentos a outras entidades:

Descrição	2021	Adições	Baixas	Mov. líquida	2022
Contrato de Gestão	312.303.185	231.139.818	(75.057.579)	156.082.240	468.385.425
SEBRAE	28.365.733	15.368.308	(5.163.095)	10.205.213	38.570.946
PPI/IoT	8.198.128	500.000	(1.850.366)	(1.350.366)	6.847.761
Rota 2030	22.894.416	25.279.966	(4.443.433)	20.836.533	43.730.949
Bambu	507.464	-	-	-	507.464
BNDES	2.600.086	22.837.008	(2.972.321)	19.864.687	22.464.772
Ministério da saúde (MS)	66.875	16.302.800	-	16.302.800	16.369.675
Total	<u>374.935.887</u>	<u>311.427.900</u>	<u>(89.486.794)</u>	<u>221.941.106</u>	<u>596.876.993</u>

Descrição	2020	Adições	Baixas	Mov. líquida	2021
Contrato de Gestão	235.083.278	89.457.505	(12.237.598)	77.219.907	312.303.185
SEBRAE	18.024.688	11.506.368	(1.165.323)	10.341.045	28.365.733
PPI/IoT	5.295.327	2.962.357	(59.556,13)	2.902.801	8.198.128
Rota 2030	9.228.743	14.108.361	(442.687,99)	13.665.673	22.894.416
Bambu	407.239	100.225	-	100.225	507.464
BNDES	-	2.964.776	(364.690,09)	2.600.086	2.600.086
Ministério da saúde (MS)	-	66.875	-	66.875	66.875
Total	<u>268.039.275</u>	<u>121.166.467</u>	<u>(14.269.855)</u>	<u>106.896.612</u>	<u>374.935.887</u>

9 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2022	2021
Salários e ordenados	573.415	415.621
Outros	125.973	82.205
Total	<u>699.388</u>	<u>497.826</u>

10 Provisões trabalhistas

Descrição	2022	2021
Provisão de férias	935.081	889.742
Provisão FGTS férias	66.802	65.984
Provisão INSS férias	213.747	210.325
Provisão PIS férias	9.045	8.897
Total	<u>1.224.675</u>	<u>1.174.949</u>

11 Obrigações tributárias

Descrição	2022	2021
Imposto de renda retido na fonte sobre folha de pagamento	403.456	328.556
Previdência social	229.082	146.311
Programa de integração social sobre folha de pagamento	15.045	11.416
Imposto de renda sobre fornecedores e consultores	15.394	4.199
PIS/COFINS de fornecedores	9.770	3.282
ISSQN de fornecedores	6.714	1.803
Instituto Nacional do Seguro Social sobre fornecedores	1.063	-
Total	<u>680.524</u>	<u>495.567</u>

12 Provisões tributárias

Com o advento do Decreto nº 8.426 de abril de 2015, a EMBRAPPII, por meio da sua diretoria colegiada e departamento jurídico, solicitou parecer a consultoria externa referente à adesão da COFINS sobre rendimentos de aplicação financeira. A consultoria jurídica externa exarou, em janeiro de 2018, parecer recomendando o provisionamento contábil.

A Diretoria com o apoio do departamento jurídico e parecer emitido pela consultoria jurídica externa determinou a provisão da COFINS. Desde o exercício de 2018, a provisão para a COFINS com valores retroativos ao exercício de 2015 (início da vigência do Decreto nº 8.426), mantendo-a corrigida, por juros de mora e correção monetária, que totaliza, em 2022 o montante de R\$ 8.148.888 (R\$ 5.119.714 em 2021).

Em 2019 foi editada a Instrução Normativa nº 1.911, de outubro de 2019, na qual ficou assente que os valores referentes à recursos governamentais não estão sujeitos à referida contribuição, conforme consta nos textos dos arts. 28, inciso II, e 33. Porém, os valores oriundos das receitas financeiras ainda estão em discussão e pendentes de regulamentações específicas. Portanto, a EMBRAPPII continua com o entendimento e recomendação de manter provisionado a COFINS.

13 Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Não há processos judiciais, no exercício de 2022 e 2021 transitando em desfavor da EMBRAPPII, dessa forma não há provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas constituídos.

14 Partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave

Descrição	2022	2021
Remuneração diretoria	1.013.889	713.126
Benefícios diretoria	293.919	235.343
Encargos diretoria	293.728	317.443
Total	1.601.536	1.265.912

15 Abertura das principais contas de despesas

15.1 Despesas com pessoal

Somam os valores de despesas gastas com os colaboradores regidos pela CLT, servidores cedidos de órgãos públicos e consultores autônomos.

Descrição	2022	2021
Salário	7.952.165	6.344.922
Férias	1.071.234	807.414
13º	750.271	576.563
Benefícios	2.279.375	1.807.701
Tributos	3.003.756	2.420.936
Colaboradores sem vínculo empregatício	906.502	664.210
Total	15.963.303	12.621.746

A rubrica “Colaboradores sem vínculo empregatício” está composta da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Estagiário	485.709	311.181
Consultores	420.793	353.029
Total	906.502	664.210

15.2 Despesas administrativas

Contemplam as despesas com material de escritório, manutenção da sede, despesas com passagens aéreas, diárias e demais despesas classificadas como necessárias para a execução das atividades-fim da Entidade.

Descrição	2022	2021
Despesas de manutenção	14.294	775
Serviços de comunicação	963.536	1.040.838
Apoio administrativo (i)	6.448.484	2.112.051
Imposto de renda sobre aplicações financeiras e outras (iii)	401.793	2.514.787
Total	7.828.107	5.668.451

- (i) Correspondem a taxas de condomínio, locação de veículos, diárias e passagens aéreas, entre outras despesas.
- (ii) Incluem despesas com manutenção de sistemas, despesas com reparos e consultorias de pessoas jurídicas.
- (iii) Refere-se, substancialmente, ao montante provisionado de imposto de renda sobre o saldo de receitas financeiras de caixa e equivalentes de caixa.

15.3 Tributárias

Descrição	2022	2021
Impostos Taxas e Contribuições Federais*	4.114.629	959.700
Impostos Taxas e Contribuições Municipais	1.341.564	1.116.500
Total	5.456.194	2.076.200

- (*) Incluem os valores relativos ao provisionamento da COFINS, corrigidos mensalmente, conforme exarado na Nota Explicativa nº 12.

15.4 Depreciação/Amortização

Descrição	2022	2021
Computadores e periféricos	266.805	157.499
Máquinas e equipamentos	29.773	24.384
Móveis e utensílios	60.301	60.828
Total	356.879	242.711

16 Receita do custeio administrativo

Descrição	2022	2021
Receitas operacionais	29.604.483	20.609.108
Total	29.604.483	20.609.108

Referem-se, exclusivamente, ao reembolso das despesas administrativas conforme mencionado na nota explica nº 3.1.

17 Cobertura de seguros

Em 2022, foi renovada a cobertura de seguros contra riscos operacionais e danos materiais no valor total da apólice de R\$ 20.000.000.

A referida apólice foi renovada no mês de dezembro de 2022 para todo o exercício de 2023.

* * *

Igor Manhães Nazareth
Diretor-presidente Interino

Geraldo Nunes Sobrinho
Superintendente de Gestão e Finanças

Diego Renyer de Miranda Araújo
Contador